



São Paulo, 30 de março de 2023.

## **Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras**

Em consonância com regras estabelecidas na Resolução BCB nº 2, a Instituição esta disponibilizando por meio deste arquivo as Demonstrações Financeiras individuais do Banco Volkswagen S.A., para o exercício em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Essas Demonstrações Financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria em 30 de março de 2022 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico da Instituição (<https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/demonstracoes-financeiras>) em 31 de março 2023.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos contidos no arquivo.

PIETER GRIEP  
Diretor Presidente

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO  
Presidente - Comitê de auditoria

LEONARDO BUCSAN EMRICH  
Contador - CRC MG-088837/O-0 T-SP

**Demonstrações Financeiras**  
**Banco Volkswagen S.A.**  
**31 de dezembro de 2022**  
**com Relatório do Auditor Independente**



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2022.

O exercício de 2022 foi marcado por eventos dentro e fora do aspecto econômico que geraram grande volatilidade. O mercado continuou a ser impactado pelas rupturas nas cadeias de produção e logística não só pelas políticas de contenção do covid-19 adotadas pela China, como por efeitos advindos da guerra entre Rússia e Ucrânia, em contrapartida o êxito das políticas Públicas no tratamento da pandemia promoveu vigorosa recuperação da economia, mesmo com as incertezas trazidas pela troca do governo.

O mercado com a demanda reprimida e com a restrição de bens e serviços resultou em um aumento da inflação que foi combatido pelo Banco Central do Brasil e CMN através do aumento das taxas básicas de juros, Selic, que passou de 9,25% para 13,75% aliadas a uma redução das políticas de liquidez e linhas de crédito.

Cabe destacar que apesar da situação difícil, o mercado de carros e de caminhões continua a se desenvolver chegando inclusive a bater recordes de vendas em dezembro de 2022. Destaque também para o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil, Ducati do Brasil, e a partir do segundo semestre de 2021, Porsche Brasil, bem como as suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do Grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 37,6 bilhões, com operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos representando R\$ 31,9 bilhões, para tanto reforçamos nosso capital social e crescemos no *penetration* das marcas.

### DESTAQUES DO EXERCÍCIO

- Continuamos sendo o maior banco de montadora no Brasil, 23º colocado entre as instituições financeiras privadas e 27ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de total de ativos, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 77,4% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 71,2% no segmento de caminhões e ônibus e 76,4% no segmento de automóveis.
- Sólida presença no mercado de capitais, realizamos duas ofertas públicas de Letras Financeiras em 2022, no valor de R\$ 1,0 bilhão de reais cada. As emissões foram em três séries, de 2, 3 e 4 anos, e atingiram demanda superior a oferta.
- Rating de crédito brAAA pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Índice de Basileia de 12,0% em 31 de dezembro de 2022.



## OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2022 concentraram 91% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

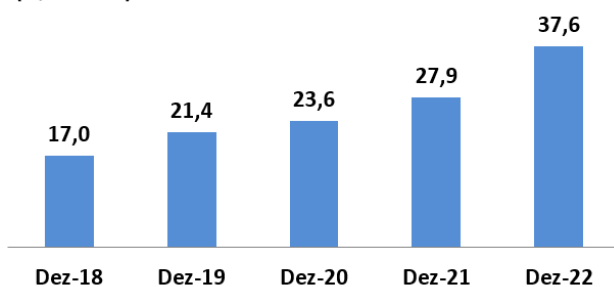
### Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

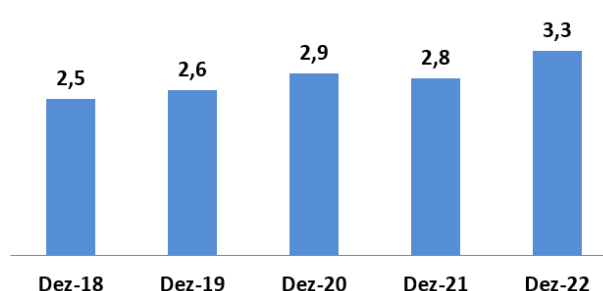
### Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais.

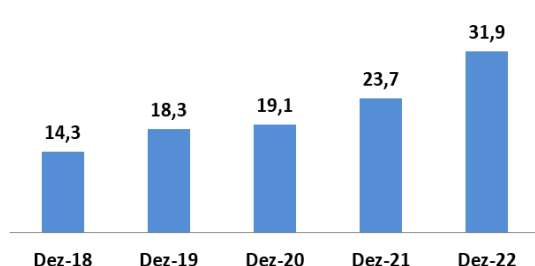
TOTAL DE ATIVOS  
(R\$ bilhões)



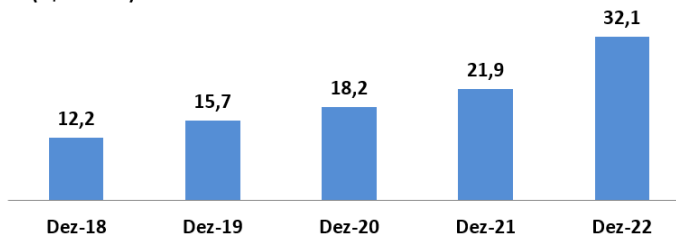
PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
(R\$ bilhões)



OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL  
(R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO  
(R\$ bilhões)



# **Banco Volkswagen S.A.**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	5
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstração do fluxo de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11
Resumo do relatório do comitê de auditoria .....	41

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas e Administradores do  
**Banco Volkswagen S.A.**  
**São Paulo – SP**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2022, a carteira de operações de crédito era de R\$ 31.862.858 mil e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 824.310 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação externa, avaliamos os recebimentos financeiros subsequentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

No curso de nosso exame, foram envolvidos especialistas na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar



dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC SP034519/O



Rui Borges  
Contador CRC SP207135/O

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
**Em milhares de reais**

ATIVO	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>	<b>18.687.647</b>	<b>12.802.651</b>
<b>Disponibilidades (Nota 3)</b>	<b>625</b>	<b>111</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>18.342.656</b>	<b>12.687.227</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	2.481.741	1.477.133
Relações interfinanceiras (Nota 3)	13	53
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	134.719	41.659
Operações de crédito (Nota 6)	15.001.389	10.933.170
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	724.794	235.212
<b>Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))</b>	<b>11.863</b>	<b>18.660</b>
Arrendamentos financeiros	11.863	18.660
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))</b>	<b>(227.298)</b>	<b>(231.433)</b>
Operações de crédito	(221.320)	(222.973)
Operações de arrendamento mercantil	(447)	(7.151)
Outros créditos	(5.531)	(1.309)
<b>Outros ativos (Nota 7)</b>	<b>559.801</b>	<b>328.086</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>18.885.675</b>	<b>15.110.757</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>16.394.439</b>	<b>12.749.231</b>
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	82.829	156.612
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	209.051	130.630
Operações de crédito (Nota 6)	16.102.559	12.461.989
<b>Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))</b>	<b>22.253</b>	<b>13.398</b>
Arrendamentos financeiros	22.253	13.397
Arrendamentos operacionais	-	1
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))</b>	<b>(597.012)</b>	<b>(474.231)</b>
Operações de crédito	(596.203)	(473.108)
Operações de arrendamento mercantil	(809)	(1.123)
<b>Ativos fiscais diferidos (Nota 20 (a))</b>	<b>1.244.901</b>	<b>1.430.108</b>
<b>Outros ativos (Nota 7)</b>	<b>1.341.196</b>	<b>989.058</b>
<b>Investimentos em participações em controladas (Nota 8)</b>	<b>443.189</b>	<b>371.132</b>
<b>Imobilizado de arrendamento (Nota 6 (e))</b>	<b>1.328</b>	<b>1.741</b>
<b>Imobilizado de uso (Nota 9)</b>	<b>21.609</b>	<b>18.502</b>
<b>Intangível (Nota 10)</b>	<b>75.804</b>	<b>67.763</b>
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>(62.032)</b>	<b>(55.945)</b>
Imobilizado de uso (Nota 9)	(14.564)	(11.731)
Intangível (Nota 10)	(47.468)	(44.214)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>37.573.322</b>	<b>27.913.408</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
**Em milhares de reais**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>18.131.684</b>	<b>13.849.964</b>
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>	<b>17.690.498</b>	<b>13.219.386</b>
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	6.173.822	4.050.450
Recursos de clientes (Nota 12)	8.820.164	6.148.540
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	2.021.752	2.234.620
Dívidas subordinadas (Nota 14)	424.555	204.070
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	670	495
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	249.535	581.211
<b>Outros passivos (Nota 17)</b>	<b>441.186</b>	<b>630.578</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>16.219.558</b>	<b>11.239.225</b>
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>	<b>14.432.242</b>	<b>9.770.622</b>
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	3.953.205	2.097.642
Recursos de clientes (Nota 12)	2.205.546	1.613.893
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	6.565.134	3.724.883
Dívidas subordinadas (Nota 14)	1.526.849	1.783.940
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	1.181	20.396
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	180.327	529.868
<b>Provisões (Nota 15)</b>	<b>1.252.864</b>	<b>1.118.068</b>
Outras provisões	1.252.864	1.118.068
<b>Passivos fiscais diferidos (Nota 20 (b))</b>	<b>123.483</b>	<b>202.475</b>
<b>Outros passivos (Nota 17)</b>	<b>410.969</b>	<b>148.060</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 18)</b>	<b>3.222.080</b>	<b>2.824.219</b>
Capital social	1.843.883	1.598.883
Reservas de lucros	1.357.123	1.201.426
Outros resultados abrangentes	21.074	23.910
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>37.573.322</b>	<b>27.913.408</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO**  
**Em milhares de reais**

	2º semestre		Exercícios	
	2022	2022	2021	2021
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.618.183</b>	<b>4.670.969</b>	<b>3.170.468</b>	
Operações de crédito	2.343.356	4.248.477	3.087.353	
Operações de arrendamento mercantil	4.592	7.332	7.985	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	75.429	136.872	64.314	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	159.435	223.148	(12.012)	
Operações de venda de ativos financeiros	35.371	55.140	22.828	
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.844.969)</b>	<b>(3.155.957)</b>	<b>(1.169.282)</b>	
Operações de captação no mercado	(1.673.137)	(2.784.935)	(886.282)	
Operações de empréstimos e repasses	(128.517)	(265.157)	(253.184)	
Operações de venda de ativos financeiros	(43.315)	(105.865)	(29.816)	
<b>RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>773.214</b>	<b>1.515.012</b>	<b>2.001.186</b>	
<b>REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 6 (g))</b>	<b>(310.407)</b>	<b>(593.723)</b>	<b>(497.637)</b>	
Operações de crédito	(313.247)	(596.518)	(492.193)	
Operações de arrendamento mercantil	4.514	7.018	(7.480)	
Outros créditos	(1.674)	(4.223)	2.036	
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>462.807</b>	<b>921.289</b>	<b>1.503.549</b>	
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(313.604)</b>	<b>(682.122)</b>	<b>(849.206)</b>	
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (g))	70.614	118.129	104.502	
Despesas de pessoal	(2.918)	(5.663)	(3.732)	
Outras despesas administrativas (Nota 23 (c))	(238.922)	(401.059)	(357.095)	
Despesas tributárias	(37.353)	(71.116)	(102.111)	
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	19.364	72.057	70.998	
Outras receitas operacionais (Nota 23 (d))	254.333	327.902	124.372	
Outras despesas operacionais (Nota 23 (e))	(378.722)	(722.372)	(686.140)	
<b>REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES</b>	<b>19.783</b>	<b>(38.242)</b>	<b>(50.638)</b>	
Fiscais	(24.691)	(57.002)	(31.776)	
Cíveis	19.081	(935)	(23.358)	
Trabalhistas	25.393	19.695	4.496	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>168.986</b>	<b>200.925</b>	<b>603.705</b>	
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>168.986</b>	<b>200.925</b>	<b>603.705</b>	
Imposto de renda (Nota 20 (c))	(16.106)	(22.211)	(136.405)	
Contribuição social (Nota 20 (c))	(18.123)	(23.017)	(144.734)	
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS</b>	<b>134.757</b>	<b>155.697</b>	<b>322.566</b>	
Lucro por ação do capital social no fim do semestre/exercícios - R\$	0,43	0,50	1,03	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO**  
 Em milhares de reais

	<b>2º semestre</b>		<b>Exercícios</b>
	<b>2022</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Lucro líquido do semestre / exercícios	134.757	155.697	322.566
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado (Nota 4)</b>	<b>(68.224)</b>	<b>(2.836)</b>	<b>34.316</b>
Hedge de fluxo de caixa	(124.043)	(5.156)	62.393
Hedge de fluxo de caixa – efeitos tributários	55.819	2.320	(28.077)
Total do resultado abrangente	<b>66.533</b>	<b>152.861</b>	<b>356.882</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas da Instituição	66.533	152.861	356.882

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Reserva de lucros							Total
	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Distribuição de dividendos adicionais	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	1.307.883	18.515	291.000	227.650	1.043.695	(10.406)	-	2.878.337
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	34.316	-	34.316
Aumento de capital (AGE 12/08/2021)	291.000	-	-	-	(291.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	322.566	322.566
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	16.128	-	-	(16.128)	-
Dividendos pagos (R\$ 0,93/ação) AGE 22/03/21	-	-	(291.000)	-	-	-	-	(291.000)
Dividendos pagos (R\$ 0,38/ação) AGE 31/03/21	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)
Reserva especial de lucros	-	-	-	-	186.438	-	(186.438)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	1.598.883	18.515	-	243.778	939.133	23.910	-	2.824.219
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(2.836)	-	(2.836)
Aumento de capital (AGE 05/12/2022)	245.000	-	-	-	-	-	-	245.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	155.697	155.697
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	7.785	-	-	(7.785)	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	-	147.912	-	(147.912)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	1.843.883	18.515	-	251.563	1.087.045	21.074	-	3.222.080
<b>Em 30 de junho de 2022</b>	1.598.883	18.515	-	244.825	939.133	89.298	19.893	2.910.547
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(68.224)	-	(68.224)
Aumento de capital (AGE 05/12/2022)	245.000	-	-	-	-	-	-	245.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	134.757	134.757
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	6.738	-	-	(6.738)	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	-	147.912	-	(147.912)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	1.843.883	18.515	-	251.563	1.087.045	21.074	-	3.222.080

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO**  
 Em milhares de reais

	<b>2º semestre</b>		<b>Exercícios</b>
	<b>2022</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do semestre/exercícios	134.757	155.697	322.566
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciações e amortizações (Nota 23 (c))	3.185	6.087	3.875
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	(19.364)	(72.057)	(70.998)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (g))	310.407	593.723	497.637
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	89.701	178.186	181.912
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(159.435)	(223.148)	12.012
Resultado de obrigações por empréstimos	17.108	17.108	-
Provisões/(reversões) para outros passivos e ativos	(113.587)	(126.590)	(746)
Despesas/(reversões) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 16 (b))	109.522	167.671	85.954
Tributos diferidos	170.482	108.534	(5.766)
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS</b>	<b>542.776</b>	<b>805.211</b>	<b>1.026.446</b>
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	142.327	134.217	(257.679)
Redução (aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(5.865.468)	(8.177.350)	(5.463.701)
Redução (aumento) em outros ativos	(212.264)	(957.581)	716.120
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44.420)	(190.698)	(378.621)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>(5.979.825)</b>	<b>(9.191.412)</b>	<b>(5.383.881)</b>
Aumento (redução) em depósitos e demais instrumentos financeiros	5.963.873	9.281.784	3.669.953
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	540.060	540.060	-
Aumento (redução) em outros passivos	(259.429)	(449.620)	751.632
<b>VARIAÇÃO DE PASSIVOS</b>	<b>6.244.504</b>	<b>9.372.224</b>	<b>4.421.585</b>
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>807.455</b>	<b>986.023</b>	<b>64.150</b>
Aquisição de imobilizado de uso (Nota 9)	(119)	(3.107)	(1.140)
Aquisição de intangível (Nota 10)	(4.853)	(8.042)	(7.807)
Dividendos recebidos	-	-	412.000
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(4.972)</b>	<b>(11.149)</b>	<b>403.053</b>
Redução em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(126.620)	(214.792)	(185.904)
Dividendos pagos	-	-	(512.668)
Aumento de Capital	245.000	245.000	-
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>118.380</b>	<b>30.208</b>	<b>(698.572)</b>
<b>(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>920.863</b>	<b>1.005.082</b>	<b>(231.369)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	1.561.516	1.477.297	1.708.666
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios (Nota 3)	2.482.379	2.482.379	1.477.297
<b>(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>920.863</b>	<b>1.005.082</b>	<b>(231.369)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Volkswagen S.A. (“Instituição”) está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda., Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda e a partir do segundo semestre de 2021, a Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil, Ducati do Brasil e Porsche Brasil.

Em 2020, a Instituição ingressou como participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no BACEN.

A Instituição é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 30 de março de 2023.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras individuais da Instituição, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, que atendem as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sem implicar em distorção nas informações prestadas.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2, de 2 de agosto de 2020, foram incluídas na demonstração contábil da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*). As principais alterações implementadas foram: apresentação em circulante e não circulante; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; apresentação das operações de arrendamento mercantil financeiro a valor presente no ativo; avaliações de resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.



**(a) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores à esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

**(b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.720/19, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

A composição dos depósitos bancários e outros investimentos registrados em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na (Nota 3).

**(c) Instrumentos Financeiros**

**I - Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os valores foram demonstrados na (Nota 3), pois possuem prazo igual ou inferior a 90 dias.

**II - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos de acordo com suas respectivas classificações, como descrito a seguir:

- (i) destinados a “hedge” de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a “hedge” de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do “hedge” são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, até o vencimento da correspondente operação.

A composição dos valores registrados em Títulos e valores mobiliários é apresentada na (Nota 5) e os instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais, quanto em conta de compensação, está apresentada na (Nota 4).

### **III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

### **IV – Operações de crédito cedidas**

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo – Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (f)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo – Outras obrigações diversas. Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

#### **(d) Operações de arrendamento mercantil**

O disposto no artigo 19 do parágrafo 3º na Resolução BCB nº 2/20, determina que a divulgação das operações de arrendamento mercantil financeiro, nas demonstrações financeiras, a partir da data base junho de 2020, sejam demonstradas a valor presente nos montantes totais previstos em contrato. Portanto, o valor do imobilizado de arrendamento, anteriormente divulgado no ativo permanente e o valor residual garantido, anteriormente divulgado no passivo, foram reclassificados para o ativo circulante e as operações com prazo superior a 12 meses, no não circulante.

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente.

O imobilizado de arrendamento, é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil, são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. Os ganhos e perdas são registrados no resultado, não sendo diferidas.

A composição dos valores são demonstrados na (Nota 6 (e)).

**(e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

**(f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**

Os ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação, é registrada na rubrica “Obrigações fiscais diferidas” no passivo.

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, e retornou à alíquota de 15% em janeiro de 2019.

Em atendimento a Emenda Constitucional nº 103/19, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, em seu artigo 3º, elevou para 25% a alíquota da CSLL, a partir de 1º de julho de 2021 vigente até 31 de dezembro de 2021, voltando a 20% a partir de janeiro de 2022. A administração apurou os impactos desta alteração de alíquota e julgou que os mesmos são imateriais para fins de alteração das estimativas contábeis.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 20).

**(g) Investimentos em participação em controladas**

O investimento em participação em empresa controlada com participação do capital de 100,0%, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A composição e a empresa controlada é demonstrada na (Nota 8).

**(h) Imobilizado de uso e intangível**

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

**(i) Outros ativos**

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, prêmio de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice.

A composição de outros ativos está apresentada na (Nota 7).

**(j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto ativo fiscal diferido, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

**(k) Depósitos e demais instrumentos financeiros**

São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros” do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

**(l) Captações e emissões**

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 11, 12, 13 e 14).

**(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I – Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II – Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III – Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

**(n) Outros passivos**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentado na (Nota 17).

**(o) Patrimônio líquido**

**I – Capital social**

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**II – Reserva de lucros**

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.
- Reserva legal – objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos.
- Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

**III – Lucro por ação**

A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 19).

**(p) Resultado recorrente e não recorrente**

Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna da Instituição.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais**

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 23 (f)).

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Total disponibilidades</b>	<b>625</b>	<b>111</b>
Disponibilidades	625	111
<b>Total aplicações no mercado aberto</b>	<b>2.256.092</b>	<b>1.306.068</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	71.075	46.489
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.878.918	870.151
Notas do Tesouro Nacional - NTN	306.099	389.428
<b>Total aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>225.649</b>	<b>171.065</b>
Pós-fixado DI	225.649	171.065
<b>Total relações interfinanceiras</b>	<b>13</b>	<b>53</b>
Relações com correspondentes no país	13	53
	<b>2.482.379</b>	<b>1.477.297</b>

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda, essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### 4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

<b>Tipo</b>	<b>Valor nacional</b>	<b>2022</b>			
		<b>Ativo</b>	<b>(Passivo)</b>	<b>Receita (Despesa)</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
Swap - Pré x DI	401.966	-	(670)	(944)	-
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	552.000	3.607	-	3.607	
Swap de variação de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	8.242.921	340.163	(1.181)	220.485	21.074
		<u>343.770</u>	<u>(1.851)</u>	<u>223.148</u>	<u>21.074</u>
Circulante		<u>134.719</u>	<u>(670)</u>		
Não circulante		<u>209.051</u>	<u>(1.181)</u>		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais

Tipo	Valor nacional				2021
		Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	1.080.583	2.195	(186)	2.822	-
Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	6.907.991	170.094	(20.705)	(14.834)	23.910
		172.289	(20.891)	(12.012)	23.910
Circulante		41.659	(495)		
Não circulante		130.630	(20.396)		

### Hedge

A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado, empréstimos no exterior e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI) e *hedge* de risco de mercado para proteger da exposição à variação cambial do Euro provenientes da contratação de empréstimos do exterior.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor total nominal é de R\$ 8.794.921 (2021 – R\$ 6.907.991), com prazos de vencimentos entre 2023 até agosto de 2026. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado positivo com reflexo no resultado R\$ 226.850 (2021 – negativo de R\$ 14.834).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 31 de dezembro, sua composição é a seguinte:

Início	FIDC	2022	2021
07/2019	Driver Brasil Four Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Four	-	32.281
11/2021	Driver Brasil Five Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Five	82.829	124.331
		82.829	156.612
	Não circulante	82.829	156.612

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais**

---

Conforme previsto em Regulamento, no primeiro semestre de 2022, houve a liquidação antecipada do FIDC Driver Four em virtude do cedente exercer a opção de recompra total à medida que o saldo do valor de recebível descontado dos direitos creditórios elegíveis cedidos estava abaixo de 10% (dez por cento).

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Instituição em novembro de 2021, lançou o Driver Brasil Five Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Five, nos mesmos critérios dos FIDC's anteriores (Nota 6(f)).

Conforme disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o exercício de 2022 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

## **6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS**

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

### **(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Operações de crédito	31.103.948	23.395.159
Operações de arrendamento mercantil financeiro	34.115	32.057
Operações de arrendamento mercantil operacional (i)	-	217
Outros créditos - títulos e créditos a receber	724.794	235.212
	<u>31.862.857</u>	<u>23.662.645</u>

(i) Referem-se a valor presente dos saldos de arrendamento, porém os saldos contabilizados referem-se aos valores a receber das contraprestações (2021 – R\$ 1) e imobilizado de arrendamento R\$ 1.328 (2021 – R\$ 1.741).



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais

(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

<b>2022</b>					
<b>Nível de risco</b>	<b>Curso anormal</b>		<b>Curso normal</b>	<b>Total</b>	<b>Provisão</b>
	<b>Vincendas</b>	<b>Vencidos</b>			
AA	-	-	7.017.098	7.017.098	3.285
A	-	-	17.671.163	17.671.163	91.978
B	351.601	32.055	4.027.208	4.410.864	44.109
C	389.765	19.837	976.742	1.386.344	41.649
D	221.566	15.553	384.426	621.545	62.239
E	96.713	10.010	28.824	135.547	40.664
F	58.046	7.732	55.503	121.281	60.640
G	42.553	6.969	14.712	64.234	44.964
H	281.363	69.492	83.927	434.782	434.782
	<u>1.441.607</u>	<u>161.648</u>	<u>30.259.603</u>	<u>31.862.858</u>	<u>824.310</u>

<b>2021</b>					
<b>Nível de risco</b>	<b>Curso anormal</b>		<b>Curso normal</b>	<b>Total</b>	<b>Provisão</b>
	<b>Vincendas</b>	<b>Vencidos</b>			
AA	-	-	4.356.546	4.356.546	2.474
A	-	-	14.420.063	14.420.063	74.371
B	234.183	22.922	2.459.552	2.716.657	27.168
C	255.218	12.220	820.442	1.087.880	32.636
D	119.332	11.108	216.665	347.105	34.848
E	79.047	8.440	27.106	114.593	34.378
F	66.820	8.937	124.400	200.157	100.079
G	51.511	8.445	6.492	66.448	46.513
H	224.546	65.382	63.268	353.196	353.197
	<u>1.030.657</u>	<u>137.454</u>	<u>22.494.534</u>	<u>23.662.645</u>	<u>705.664</u>

(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

<b>2022</b>			
<b>vincendas</b>	<b>Curso anormal</b>	<b>Curso normal</b>	<b>Total</b>
	Até 180 dias	316.197	8.453.945
De 181 a 360 dias	272.383	6.643.456	6.915.839
Acima de 361 dias	853.027	15.075.526	15.928.553
	<u>1.441.607</u>	<u>30.172.927</u>	<u>31.614.534</u>

<b>vencidos</b>	<b>Curso anormal</b>	<b>Curso normal</b>	<b>Total</b>
	De 01 a 14 dias	16.927	86.676
De 15 a 60 dias	64.548	-	64.548
De 61 a 180 dias	52.084	-	52.084
De 181 a 360 dias	28.089	-	28.089
	<u>161.648</u>	<u>86.676</u>	<u>248.324</u>
	<u>1.603.255</u>	<u>30.259.603</u>	<u>31.862.858</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais**

			<b>2021</b>
	<b>Curso anormal</b>	<b>Curso normal</b>	<b>Total</b>
<b>vincendas</b>			
Até 180 dias	241.373	5.966.508	6.207.881
De 181 a 360 dias	206.916	4.745.486	4.952.402
Acima de 361 dias	582.368	11.743.738	12.326.106
	<u>1.030.657</u>	<u>22.455.732</u>	<u>23.486.389</u>
<b>vencidos</b>			
De 01 a 14 dias	12.601	38.802	51.403
De 15 a 60 dias	51.096	-	51.096
De 61 a 180 dias	47.324	-	47.324
De 181 a 360 dias	26.433	-	26.433
	<u>137.454</u>	<u>38.802</u>	<u>176.256</u>
	<u>1.168.111</u>	<u>22.494.534</u>	<u>23.662.645</u>

**(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Pessoas físicas	10.159.497	8.422.322
Outros serviços	11.370.284	8.034.485
Comércio	7.538.850	5.082.605
Indústria	2.012.461	1.475.423
Rural	193.570	110.329
Habitação	501.340	346.985
Intermediário financeiro	86.856	190.496
	<u>31.862.858</u>	<u>23.662.645</u>

**(e) Carteira de arrendamento mercantil**

	<b>2022</b>		<b>2021</b>	
	<b>Financeiro</b>	<b>Operacional</b>	<b>Financeiro</b>	<b>Operacional</b>
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	97	-	170	1
Bens arrendados	70.983	3.186	65.919	3.812
Depreciação acumulada de bens arrendados	(47.307)	(1.858)	(50.145)	(2.071)
Superveniência de depreciação	33.679	-	30.897	-
Perdas em arrendamento a amortizar	106	-	1.998	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(82)	-	(1.624)	-
Credores por antecipação de valor residual	(23.360)	-	(15.158)	-
	<u>34.116</u>	<u>1.328</u>	<u>32.057</u>	<u>1.742</u>

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2027 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 33.989 (2021 - R\$ 33.304), sendo que desse total R\$ 23.360 (2021 - R\$ 15.157) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente e as operações de arrendamento mercantil operacional a valor nominal.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais**

**(f) Operações de crédito vinculadas a cessão**

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade “CDC” para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 5). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria “com retenção substancial de risco e benefícios” e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica no balanço patrimonial em “Operações de crédito” e o passivo registrado como “Outros passivos financeiros”. Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

**i) Valor presente a época**

	<u>Data início</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
FIDC Driver Four	07/2019	1.013.228	1.096.807
FIDC Driver Five	11/2021	1.139.633	1.116.926
		<u>2.152.861</u>	<u>2.213.733</u>

**ii) Saldo contábil**

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FIDC Driver Four	-	77.216	-	92.163
FIDC Driver Five	430.331	1.036.361	429.862	1.018.916
	<u>430.331</u>	<u>1.113.577</u>	<u>429.862</u>	<u>1.111.079</u>
Circulante	268.385	640.365	249.535	581.211
Não circulante	161.946	473.212	180.327	529.868

**(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	705.664	632.741
Constituição de provisão	593.723	497.637
Baixas por utilização	(475.077)	(424.714)
Saldo final	<u>824.310</u>	<u>705.664</u>

Em 31 de dezembro, foram recuperados créditos no montante de R\$ 400.936 (2021 - R\$ 496.753). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 158.881 (2021 - R\$ 127.515) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 31 de dezembro é de R\$ 1.123.855 (2021 - R\$ 1.887.737).

Em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, foram concedidas renegociações e prorrogações de dívida a clientes que apresentavam atrasos inferiores a 15 dias no cenário anterior a mesma.

De acordo com critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.803/20, ficou permitido às instituições financeiras, a reclassificar, para o nível de provisão em que estavam classificados os clientes em 29 de fevereiro, as operações renegociadas no período de 1º de março até 31 de dezembro de 2020. O saldo destas operações em 31 de dezembro é de R\$ 701.863 (2021 - R\$ 1.415.235).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais

## 7. OUTROS ATIVOS

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16 (a))	976.478	900.836
Devedores diversos - país, principalmente valores em	225.651	106.149
Impostos e contribuições a compensar	554.121	218.398
Outros valores e bens	135.774	83.428
Despesas antecipadas	8.973	8.333
<b>Total</b>	<b>1.900.997</b>	<b>1.317.144</b>
Circulante	559.801	328.086
Não circulante	1.341.196	989.058

## 8. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA

	<b>Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.</b>	
Informações sobre a investida:	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	100,00%	100,00%
Lucro líquido nos exercícios	72.057	70.998
Patrimônio líquido	443.189	371.132
Resultado de participação em controlada	72.057	70.998
Investimento (i)	443.189	371.132

(i) Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal se manifestou pela cessação dos efeitos da coisa julgada acerca da discussão sobre a exigência de CSLL não recolhida pela controlada, em virtude da decisão judicial definitiva que isentava a entidade de tal ônus. Com modulação para aplicação de seus efeitos a partir de 2007, a investida passa a ser contribuinte da contribuição social a partir da alíquota de 9%, que deverá ser somada a alíquota de 25% de IRPJ para perfazer o total de 34%. Em atendimento aos requisitos do CPC 24, os efeitos desse julgamento na Instituição foram aplicados em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 35.587 no resultado da controlada.

## 9. IMOBILIZADO DE USO

	<b>Instalações, móveis equipamentos de uso</b>	<b>Total</b>
<b>Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>7.908</b>	<b>7.908</b>
Aquisições	1.140	1.140
Depreciação do período	(2.277)	(2.277)
<b>Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.771</b>	<b>6.771</b>
Custo	18.502	18.502
Depreciação acumulada	(11.731)	(11.731)
<b>Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.771</b>	<b>6.771</b>
Aquisições	3.107	3.107
Depreciação do período	(2.833)	(2.833)
<b>Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7.045</b>	<b>7.045</b>
Custo	21.609	21.609
Depreciação acumulada	(14.564)	(14.564)
<b>Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7.045</b>	<b>7.045</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais

## 10. INTANGÍVEL

	Softwares	Custos de de softwares gerados internamente	Total
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.117</b>	<b>16.223</b>	<b>17.340</b>
Aquisições	830	6.977	7.807
Amortização do período	(558)	(1.040)	(1.598)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.389</b>	<b>22.160</b>	<b>23.549</b>
Custo	19.128	48.635	67.763
Amortização acumulada	(17.740)	(26.474)	(44.214)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.388</b>	<b>22.161</b>	<b>23.549</b>
Aquisições	163	7.879	8.042
Amortização do período	(560)	(2.695)	(3.255)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>991</b>	<b>27.345</b>	<b>28.336</b>
Custo	19.290	56.514	75.804
Amortização acumulada	(18.299)	(29.169)	(47.468)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>991</b>	<b>27.345</b>	<b>28.336</b>

## 11. RECURSOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Os recursos de Instituição Financeira, referem-se a um total de R\$ 10.127.027 (2021 - R\$ 6.148.092), sendo segregados por:

- Obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC;
- Depósitos interfinanceiros custodiados na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 100,00% a 115,00% do DI (2021 - 100,00% a 115,00% do DI), com o respectivo fluxo de vencimento;
- Obrigações por Operações Compromissadas em Notas do Tesouro Nacional com prazo de vencimento em até 1 dia, e;
- Obrigações com Empréstimos no Exterior em Euro, a taxas de juros prefixadas de até 2,8% ao ano, com prazo de vencimento em até 30 dias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais

	<b>2022</b>		<b>2021</b>	
	<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>Obrigações por repasses - FINAME</b>	<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>Obrigações por repasses - FINAME</b>
Até 90 dias	1.174.354	97.853	1.393.861	139.235
De 91 a 365 dias	4.062.410	241.437	2.175.673	341.681
De 1 a 3 anos	3.439.050	341.460	1.529.297	408.833
Acima de 3 anos	-	172.695	-	159.512
<b>Total</b>	<b>8.675.814</b>	<b>853.445</b>	<b>5.098.831</b>	<b>1.049.261</b>
Circulante	5.236.764	339.290	3.569.534	480.916
Não circulante	3.439.050	514.155	1.529.297	568.345

	<b>Obrigações Compromissadas</b>	<b>Emprestimos no Exterior</b>
Até 30 dias	40.600	557.168
Circulante	40.600	557.168

## 12. RECURSOS DE CLIENTES

Os recursos de clientes, referem-se a depósitos a prazo, custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 97,0% a 111,9% do DI, (2021 - 98,0% a 116,0% do DI).

Em 31 de dezembro, é composta como segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Até 90 dias	2.991.217	1.904.340
De 91 a 365 dias	5.828.947	4.244.200
De 1 a 3 anos	2.062.029	1.591.229
Acima de 3 anos	143.517	22.664
<b>Total</b>	<b>11.025.710</b>	<b>7.762.433</b>
Circulante	8.820.164	6.148.540
Não circulante	2.205.546	1.613.893

## 13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, com vencimento até janeiro 2027 (2021, com vencimento até dezembro de 2025), indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 112,8% do DI.

Com a adesão ao SPB, no segundo semestre de 2020, a Instituição se tornou elegível à Linha Temporária Especial de Liquidez (LTEL) e efetuou captação via Letra Financeira Garantida (LFG) junto ao Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ nil (2021 - R\$ 1.246.505), indexados em 100% de Selic + 0,74% a.a.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Até 90 dias	486.683	180.878
De 91 a 365 dias	1.535.069	2.053.742
De 1 a 3 anos	5.304.418	3.186.437
Acima 3 anos	1.260.716	538.446
	<u>8.586.886</u>	<u>5.959.503</u>
Circulante	<u>2.021.752</u>	<u>2.234.620</u>
Não circulante	<u>6.565.134</u>	<u>3.724.883</u>

**14. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL**

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, são compostas como segue:

<b>Prazo até o vencimento</b>	<b>Valor original da operação</b>		<b>Saldo</b>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Até 1 ano	143.272	73.876	424.555	204.070
De 1 a 3 anos	178.813	237.135	519.535	637.186
De 3 a 5 anos	604.705	689.655	1.007.314	1.146.754
	<u>926.790</u>	<u>1.000.666</u>	<u>1.951.404</u>	<u>1.988.010</u>

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 9,7% ao ano (2021 – 8,7% a 9,9% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.955/21 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 31 de dezembro, o montante referente a esses passivos é de R\$1.697.882 (2021 – R\$1.216.297). As demais operações continuam sendo registradas em “dívidas subordinadas”, inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

O valor utilizado como Nível II (Nota 23 (b)) do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 725.255 (2021 – R\$ 542.268).

**15. PROVISÕES**

A composição das Provisões é demonstrada abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 16)	1.252.763	1.117.978
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 23 (h))	101	90
	<u>1.252.864</u>	<u>1.118.068</u>
Não circulante	<u>1.252.864</u>	<u>1.118.068</u>

**16. PROVISÕES – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS**

(a) Em 31 de dezembro, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2022	2021	2022	2021
Reclamações trabalhistas (Nota 16 (c))	48.075	74.144	17.155	20.700
Reclamações cíveis (Nota 16 (c))	212.818	228.112	31.110	34.646
Riscos fiscais (Nota 16 (c))	134.950	146.691	103.668	96.459
Obrigações legais (Nota 16 (c))	856.920	669.031	824.545	749.031
Total	1.252.763	1.117.978	976.478	900.836
Não circulante	1.252.763	1.117.978	976.478	900.836

(b) A movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais	
	Exercícios	
	2022	2021
Saldo inicial	1.117.978	1.092.445
Constituição	194.525	130.572
Reversão	(117.207)	(104.797)
Baixa	(32.886)	(60.421)
Atualização monetária	90.353	60.179
Saldo final (i)	1.252.763	1.117.978

(i) O impacto na Demonstração de Resultado, classificados na rubrica reversão/(despesas) de provisão no montante de R\$ 38.242 (2021 – R\$ 50.638) e registrado na rubrica de contribuição social, o montante de R\$ 129.429 (2021 – R\$ 35.316).

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 31 de dezembro, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais**

---

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 73.190 (2021 - R\$ 69.028) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 37.962 (2021 – R\$ 37.962).

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e, posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 692.371 (2021 - R\$ 638.082) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 30.128 (2021 – R\$ 29.495).

**(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados**

A Instituição tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Tributárias		
IOF (i)	835.953	792.478
IRPJ/CSLL (ii)	382.031	360.405
ISS (iii)	419.515	373.472
Outros	147.917	115.933
	<u>1.785.416</u>	<u>1.642.288</u>
Cíveis		
Ações revisionais	8.175	8.232
	<u>8.175</u>	<u>8.232</u>

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo.

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e respectivas multas referente à amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais**

---

**17. OUTROS PASSIVOS**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos e contribuições a pagar	34.317	301.106
Resultado de exercícios futuros	409.933	120.801
Contratos de financiamentos a pagar	111.512	110.001
Contas a pagar	230.091	99.938
Recebimentos em trânsito a processar	14.045	88.612
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	12.349	12.922
Outros	39.908	45.258
Total	<u>852.155</u>	<u>778.638</u>
Circulante	<u>441.186</u>	<u>630.578</u>
Não circulante	<u>410.969</u>	<u>148.060</u>

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2021 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Em virtude do limite estabelecido no art.199 da Lei nº 6.404, em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de março de 2021, a administração da Instituição propôs a distribuição de dividendos adicionais, mediante a utilização de Reservas Especiais de Lucros, no montante de R\$ 291.000. A distribuição foi ratificada na Assembleia Geral Ordinária e solicitada autorização ao pagamento ao Dereg - Departamento de Regulação Prudencial e Cambial. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021;

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2021, foi deliberado a distribuição de dividendos, relativo a parte do lucro líquido do primeiro trimestre do exercício de 2021, a título de dividendos obrigatórios, superior ao mínimo requerido, no montante de R\$ 120.000. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de agosto de 2021, foi deliberado o aumento de capital, com a capitalização de parte das reservas especiais de lucros no montante de R\$ 291.000, sem a emissão de novas ações e aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de setembro de 2021.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 05 de dezembro de 2022, foi deliberado o aumento de capital, a ser subscrito e integralizado em moeda corrente nacional no montante de R\$ 245.000, sem a emissão de novas ações, a ser aprovado pelo Banco Central do Brasil.

Por deliberação dos acionistas não foram propostos dividendos relativos ao exercício de 2022.

**19. LUCRO POR AÇÃO**

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas da Instituição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais

	Exercícios	
	2022	2021
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido dos exercícios	155.697	322.566
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações	312.956	312.956
Lucro líquido por ação	0,50	1,03

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%) majorada por meio da Emenda Constitucional nº 103, promulgada em novembro de 2019, conforme Parágrafo único do Art. 10 da Resolução CMN nº 4.842/20 do Banco Central do Brasil. O saldo dos ativos fiscais diferidos é de R\$ 1.244.901 (2021 - R\$ 1.430.108) relacionados principalmente a provisões e perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 951.184 (2021 - R\$ 828.528) e contingências no montante de R\$ 189.668 (2021 - R\$ 210.458). O saldo dos passivos fiscais diferidos é de R\$ 123.483 (2021 - R\$ 202.475) e referem-se principalmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 12.759 (2021 - R\$ 167.534) e de superveniência de depreciação R\$ 15.155 (2021 - R\$ 13.904), com prazo de realização em 2027.

### (a) Ativos fiscais diferidos - período de realização

	2023	2024	2025	De 2026 a 2032	Total
Imposto de renda e contribuição social	340.890	353.566	17.072	533.373	1.244.901

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos ativos fiscais diferidos de 31 de dezembro de 2022 de 2021, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.

O valor presente dos ativos fiscais diferidos no período totaliza R\$ 925.613 (2021 - R\$ 1.076.033) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

### (b) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e dos passivos fiscais diferidos

	Ativos fiscais diferidos		Passivos fiscais diferidos	
	Exercícios		Exercícios	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	1.430.108	1.416.919	202.475	166.974
Constituição	624.096	976.206	105.105	47.331
Realização	(809.303)	(963.017)	(184.097)	(11.830)
Saldo final	1.244.901	1.430.108	123.483	202.475

## (c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>200.925</u>	<u>603.705</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas	(90.416)	(271.667)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social		
Adições (exclusões) permanentes	(31.509)	(16.421)
Equivalência patrimonial (Nota 8)	32.426	31.949
Efeito majoração da CSLL (5%) – crédito tributário	2.811	(30.185)
Deduções de incentivos fiscais	598	7.517
Diferido sobre variação – MTM ( <i>hedge</i> fluxo de caixa)	40.822	-
Outros	40	(2.332)
Imposto de renda e contribuição social nos exercícios	<u>(45.228)</u>	<u>(281.139)</u>

## 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<b>Ativo</b>		<b>Exercícios</b>	
	<b>2022</b>	<b>(Passivo)</b> <b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>Receita</b> <b>(Despesa)</b> <b>2021</b>
<b>Volkswagen Serviços Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(24.222)	(68.934)	(7.479)	(2.171)
<b>Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(305.549)	(221.816)	(30.580)	(10.972)
<b>Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(29.466)	(50.230)	(8.018)	(2.000)
<b>Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(922)	(3.129)	(203)	(116)
<b>Simple Way Locações e Serviços Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(169.293)	(98.258)	(16.493)	(29.632)
<b>Volkswagen Participações Ltda.</b>				
Operação de crédito	-	112.316	777	4.867
Depósitos a prazo	(132.504)	(323.149)	(31.727)	(24.977)
Contas a pagar	(19.166)	(17.734)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(194.079)	(153.513)
<b>Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.</b>				
Contas a pagar	(25.000)	-	(25.000)	-
Depósitos a prazo	(2.303.507)	(2.685.640)	(186.257)	(62.553)
Letras financeiras subordinadas	(1.951.404)	(1.988.010)	(178.186)	(181.912)
Contas a receber – valores a ressarcir	117.129	36.429	248.311	163.797
Arrendamento mercantil financeiro	1.235	1.516	98	74

	Ativo (Passivo)		Exercícios Receita (Despesa)	
	2022	2021	2022	2021
<b>MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(789.433)	(1.735.506)	(128.082)	(63.656)
Contas a receber – valores a ressarcir	35.152	402	14.798	273
Contas a receber	22.556	-	1.557	-
<b>AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(804.102)	(528.413)	(73.696)	(17.701)
Contas a receber – valores a ressarcir	889	40	801	618
<b>Volkswagen Bank GmbH</b>				
Contas a pagar	-	(1.214)	(12.970)	(1.214)
<b>VW FS Digital Solutions GMBH</b>				
Contas a pagar	-	-	(662)	(49.881)
<b>Volkswagen Financial Services AG</b>				
Contas a pagar	(74)	(412)	(7.157)	(5.403)
Contas a receber – valores a ressarcir	-	-	-	(34)
<b>MAN Energy Solutions Brasil e Equipamentos e Serviços Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	-	(20.810)	(2.226)	(610)
<b>Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda.</b>				
Contas a receber – valores a ressarcir	282	290	966	492
<b>LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A. (i)</b>				
Depósitos a prazo	(737.635)	(108.747)	(76.408)	(4.707)
Operação de crédito	12.329	33.982	(960)	(4.009)
Títulos e créditos a receber	381.446	23.460	-	(40)
<b>LM Transportes Serviços e Comércio Ltda</b>				
Depósitos a prazo	(42.159)	-	(4.719)	-
Operação de crédito	2.515	-	1111	-
<b>Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(91.788)	-	(3.870)	-
<b>Volkswagen Financial Services N.V. Amsterdam</b>				
Empréstimo no exterior	(557.168)	-	(5.168)	-

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

(i) em 2022, a empresa LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A. realizou incorporação reversa da empresa Fleetzil Locações e Serviços Ltda., as operações que estavam em andamento, foram transferidas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais**

**Remuneração do pessoal-chave da administração**

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	<b>Exercícios</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Benefícios de curto prazo	11.920	8.755
Benefícios pós-emprego	297	214
Outros benefícios de longo prazo	535	249
	<u>12.752</u>	<u>9.218</u>

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

**22. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

**(a) Comparativo do valor contábil e valor justo**

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.482.379	2.482.379	1.477.297	1.477.296
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (i)	82.829	82.829	156.612	156.612
Instrumentos financeiros derivativos (i)	343.770	343.770	172.289	172.289
Operações de crédito e arrendamento mercantil (i)	30.320.613	28.477.985	22.724.603	20.998.290
Outros ativos	201.190	201.190	96.236	96.236
<b>Total de ativos financeiros</b>	<u><b>33.430.781</b></u>	<u><b>31.588.153</b></u>	<u><b>24.627.037</b></u>	<u><b>22.900.723</b></u>
Recursos de instituição financeira (ii)	10.127.027	10.127.027	6.148.092	6.148.092
Recursos de clientes (iii)	11.025.710	11.025.710	7.762.433	7.762.433
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	8.586.886	8.586.886	5.959.503	5.959.503
Instrumentos financeiros derivativos (i)	1.851	1.851	20.891	20.891
Dívidas subordinadas (iv)	1.951.404	2.117.833	1.988.010	2.074.539
Outros passivos (v)	1.187.606	1.187.606	1.553.662	1.553.662
<b>Total de passivos financeiros</b>	<u><b>32.880.484</b></u>	<u><b>33.046.913</b></u>	<u><b>23.432.591</b></u>	<u><b>23.519.120</b></u>

i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pela Instituição em operações similares.

ii) Recursos de instituições financeiras referem-se a:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais**

- Depósitos interfinanceiros, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.
- Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

iii) Referem-se a operações de depósitos a prazo e recursos de aceite e emissão de títulos, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

iv) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.

v) Referem-se principalmente a operações de transferência de ativos financeiros sem desreconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

**(b) Hierarquia do valor justo**

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Instituição utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros da Instituição, mensurados ao valor justo:

	<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>				
	<b>Valor Justo</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.481.741	2.481.741	-	-	2.481.741
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	82.829	82.829	-	-	82.829
Instrumentos financeiros derivativos	343.770	-	343.770	-	343.770
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>2.908.340</b>	<b>2.564.570</b>	<b>343.770</b>	<b>-</b>	<b>2.908.340</b>
Instrumentos financeiros derivativos	1.851	-	1.851	-	1.851
Passivos financeiros mensurados a valor justo	9.380.146	-	9.380.146	-	9.380.146
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>9.381.997</b>	<b>-</b>	<b>9.381.997</b>	<b>-</b>	<b>9.381.997</b>
	<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>				
	<b>Valor Justo</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.477.133	1.477.133	-	-	1.477.133
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	156.612	156.612	-	-	156.612
Instrumentos financeiros derivativos	172.289	-	172.289	-	172.289
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>1.806.034</b>	<b>1.633.745</b>	<b>172.289</b>	<b>-</b>	<b>1.806.034</b>
Instrumentos financeiros derivativos	20.891	-	20.891	-	20.891
Passivos financeiros mensurados a valor justo	7.209.825	-	7.209.825	-	7.209.825
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>7.230.716</b>	<b>-</b>	<b>7.230.716</b>	<b>-</b>	<b>7.230.716</b>

## **23. OUTRAS INFORMAÇÕES**

(a) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

(i) Risco de Crédito – define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional – define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os eventos de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros – Risco de Taxa de Juros: define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros em relação aos instrumentos mantidos na carteira bancária e nos resultados da instituição, além de promover efeitos no gerenciamento de capital. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez – define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Social, ambiental e climático – define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico:

I - Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e



II - Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, buscando prover condições para o tratamento adequado dos riscos sociais, ambientais e climáticas dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital – a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê de Riscos juntamente com a Diretoria o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>

#### **(b) Gestão de capital**

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.950/21, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios – nos quais a Instituição assume substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio Líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias após regras descritas no art. 4º da Resolução do CMN nº 4.955/21.

(b) Nível II: composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.955/21 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Total do patrimônio de referência - PR <sup>(1)</sup></b>	<b>3.668.046</b>	<b>3.189.694</b>
<b>Nível I</b>	<b>2.942.791</b>	<b>2.647.426</b>
Capital principal	2.942.791	2.647.426
Patrimônio líquido	2.977.080	2.824.219
Ajustes prudenciais	(34.289)	(176.793)
<b>Nível II</b>	<b>725.255</b>	<b>542.268</b>
Instrumentos de dívida subordinada <sup>(2)</sup>	725.255	542.268
<b>Ativos ponderados pelo risco - RWA</b>	<b>30.498.452</b>	<b>23.635.986</b>
Risco de crédito por abordagem padronizada - RWAcpad <sup>(3)</sup>	29.022.377	22.333.875
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa - RWAopad <sup>(4)</sup>	1.476.075	1.302.111
<b>Índice de Basileia - Total</b>	<b>12,03%</b>	<b>13,50%</b>
Capital nível I	9,65%	11,20%
Capital principal	9,65%	11,20%

(1) Conforme Resolução do CMN nº 4.955/21;

(2) Conforme Resolução BCB nº 122/21, novas Letras Financeiras foram adicionadas na composição do PR nível II com previsão de extinção permanente do direito de crédito contra a instituição emissora.

(3) Conforme Circular BACEN nº 3.644/13;

(4) Conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 10,5% (2021 – 10,0%) entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 7,0% (2021 – 6,5%) entre o capital principal e o RWA, e de 8,5% (2021 – 8,0%) entre o nível I do PR e o RWA.

O índice de Basileia do foi de 12,0% e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 9,7% em 31 de dezembro de 2022.

**(c) Outras despesas administrativas**

	<b>Exercícios</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Despesas com serviços especializados	299.869	292.180
Despesas com registro de contrato	51.944	48.790
Despesas com publicidade	31.015	3.062
Despesas com depreciação e amortização	6.087	3.875
Despesas de comunicação e manutenção	6.765	4.874
Outras despesas administrativas	5.379	4.314
	<b>401.059</b>	<b>357.095</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais

(d) Outras receitas operacionais

	<b>Exercícios</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Recuperação de encargos e despesas	49.735	38.354
Variação monetária ativa (i)	133.086	49.920
Reversão de provisões (ii)	137.924	30.257
Outras receitas operacionais	7.157	5.841
	<u>327.902</u>	<u>124.372</u>

(i) Refere-se, principalmente, a atualização de depósitos judiciais.

(ii) Refere-se, principalmente a reversões de processos fiscais.

(e) Outras despesas operacionais

	<b>Exercícios</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Despesas com descontos concedidos	197.870	269.155
Despesas com comissões e bonificações com vendas (i)	335.847	268.756
Despesas com busca e apreensão	108.743	71.373
Despesas com provisões operacionais (ii)	10.087	29.511
Outras despesas operacionais	69.825	47.345
	<u>722.372</u>	<u>686.140</u>

(i) Referem-se, principalmente, às despesas com comissões, bonificações e prêmios por performance.

(ii) Referem-se, principalmente, às despesas com provisões para outros passivos.

(f) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes de despesas, o qual não se espera que ocorram em exercícios futuros, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Detalhamos abaixo:

	<b>Exercícios</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Resultado recorrente	204.093	369.894
Resultado não recorrente	(12.809)	(47.328)
Provisão para devedores duvidosos (i)	(12.809)	(47.328)
Lucro líquido dos exercícios	<u>191.284</u>	<u>322.566</u>

(i) Referem-se, ao agravamento do rating, no cálculo da provisão para devedores duvidosos, em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, ressaltamos que, os clientes não se enquadravam nas condições estabelecidas na Resolução CMN nº 4.803/20.

**(g) Rendas de tarifas bancárias**

Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

**(h) Avais e fianças**

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$ 10.089 (2021 - R\$ 8.979), cuja provisão é de R\$ 101 (2021 - R\$ 90), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

**(h) Resolução 4.966, de 25 de novembro de 2021**

A Resolução CMN nº 4.966, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A Instituição estruturou um plano de implementação, preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado em: 1 – Diagnóstico dos principais pontos de impacto da Resolução 4.966: processos de reconhecimento, classificação e mensuração, adequação aos modelos de perdas esperadas, contabilização de hedge; 2 – Governança, Responsabilidades e Cronograma do projeto: envolvimento de diversas áreas da Instituição, contratação de consultoria dedicada ao projeto, definição de gestores do projeto responsáveis a frente de trabalhos e reportes ao Comitê executivo; 3 – Estruturação sistêmica: levantamento de sistemas impactados, desenho de arquitetura sistêmica, e revisão de processos.

Oportuno observar que o IFRS 9 já é adotado integralmente, para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*). No entanto, a exigência do Bacen requer adaptações, ajustes e desenvolvimento de ferramentas e modelos específicos.

**24. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 08 de Fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal se manifestou pela cessação dos efeitos da coisa julgada acerca da discussão sobre a exigência de CSLL não recolhida pela controlada. Em atendimento aos requisitos do CPC 24, os efeitos desse julgamento na Instituição foram aplicados em 31 de dezembro de 2022 (Nota 8).

**DIRETORIA**

**RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO**  
Diretor Presidente

**PIETER GRIEP**  
Diretor

**LUIS FABIANO ALVES PENTEADO**  
Diretor

**LEONARDO VIEIRA DA ROCHA**  
Diretor

**CONTADOR**

**LEONARDO BUCSAN EMRICH**  
Contador - CRC MG-088837/O-0 T-SP

\*

\*

\*

**BANCO VOLKSWAGEN S.A.**  
**C.N.P.J.M.F. nº 59.109.165/0001-49**  
**N.I.R.E. nº 35.300.060.091**

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Em atendimento à Resolução nº 4910/2021, do Conselho Monetário Nacional, e anteriormente da Resolução nº 3198/2004 (revogada), foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Esse Comitê de Auditoria abrange o Conglomerado Prudencial, que engloba o Banco Volkswagen propriamente dito e sua controlada Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. ("CNVW"), em atendimento à Resolução nº 130/2021, do Banco Central do Brasil.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 03 (três) membros, devidamente qualificados nos atos que os elegeram: Srs. Rodrigo Otávio Rocha Capuruço, eleito como Membro Qualificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019 e reeleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, Luis Fabiano Alves Penteado, eleito como Membro na Assembleia Geral Extraordinária de 13 de outubro de 2021, e Pieter Griep, eleito como Membro na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de dezembro de 2022, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria aprovado pela Diretoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos e recomendar correções ou aprimoramentos dentro do âmbito de suas atribuições; (ii) avaliar a efetividade, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, a qualificação e a independência dos trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente; (iii) avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos; e (iv) revisar as demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração e o relatório do Auditor Independente do Banco Volkswagen e do CNVW.

As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas apresentações efetuadas pelas diversas Diretorias e no resultado dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e do CNVW e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e do CNVW e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação (i) da efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança

corporativa, (ii) da confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais, (iii) do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos, (iv) da salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição, (v) das atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, e (vi) da estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital.

A Ernst & Young Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen e do CNVW, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2022, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e relatório da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seus planos de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais, regulamentares e internos aplicáveis ao Banco Volkswagen e ao CNVW, além de regulamentos e políticas internas; (iii) o acompanhamento das providências tomadas para atendimento às recomendações decorrentes dos trabalhos do Auditor Independente, do Auditor Interno, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores; (iv) a avaliação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) da Auditoria Independente; (v) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos; (vi) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, jurídico, tributário, compliance, controles internos e contabilidade com o objetivo de avaliar a qualidade e efetividade de assuntos como gestão integrada de riscos, capital regulatório, alterações regulatórias e normativas, cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, inspeções e observações de órgãos reguladores, avaliação de controles internos, conduta e efetividade da prevenção a lavagem de dinheiro; e (vii) emitir o Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base e demais atividades pertinentes a este fórum.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou, sempre que julgou necessário, recomendações à Administração com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação e da execução de seu plano anual e do acompanhamento de suas principais conclusões, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen e do CNVW, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar

sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen e do CNVW são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e do CNVW relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, não tendo existido divergência entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria.

Em vista dos resultados dos trabalhos e avaliações que desenvolveu e com base no relatório da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e do CNVW, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 30 de março de 2023.

Comitê de Auditoria

Rodrigo O. R. Capuruço – Membro Qualificado

Pieter Griep – Membro

Luis Fabiano A. Penteado – Membro